

4 — Os serviços previstos no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, terão regimes de funcionamento especial e os seus horários serão estipulados pontualmente pelo presidente da Câmara.

Artigo 9.º

Modalidade de horário

1 — Sem prejuízo dos horários específicos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e dos previstos no n.º 4 do artigo anterior deste Regulamento, a modalidade normal de horário é a de horário rígido com uma flexibilidade de quinze minutos a cada entrada ou saída, e respeitando o número de horas semanais previstas no artigo 2.º

2 — Para o pessoal afecto ao edifício dos Paços do Concelho a prestação diária de trabalho deve ser interrompida entre os dois períodos de presença obrigatória, por um intervalo mínimo e não fraccionado de uma hora, entre as 12 horas e as 14 horas.

3 — Para o pessoal afecto ao armazém geral a prestação diária de trabalho deve ser interrompida entre os dois períodos de presença obrigatória no período compreendido entre as 12 horas e as 13 horas.

4 — Por despacho do presidente da Câmara, para casos devidamente justificados, poderão ser estabelecidos horários flexíveis.

SECÇÃO III

Serviço externo

Artigo 10.º

Prestação do serviço externo

1 — A prestação do serviço externo que impeça o funcionário ou agente de registar a sua assiduidade e pontualidade por não ter acesso ao relógio de ponto, deverá ser justificada e visada pelo responsável hierárquico em impresso próprio disponível na secção de pessoal, desde que seja ultrapassado o limite de três horas e trinta minutos.

2 — Nos casos em que a prestação do serviço externo não atinja o período referido no número anterior, deve o funcionário ou agente proceder ao registo no relógio de ponto com a respectiva codificação.

3 — As ausências ao serviço por motivo de frequência de acções de formação profissional, serão devidamente comunicadas por escrito e em impresso próprio ao superior hierárquico, que depois de autorizada remeterá à Secção de Recursos Humanos.

4 — Estão isentos do controlo de assiduidade e pontualidade automática, no período de interrupção para o almoço, quando se encontrarem no cumprimento de serviço externo, os responsáveis pela fiscalização de obras, o fiscal municipal, o topógrafo e o aferidor de peso e medidas e todo o pessoal que, por exigência das suas funções efectue frequentemente serviço fora das instalações mediante proposta nominal do respectivo superior hierárquico a submeter à apreciação do presidente da Câmara.

5 — É obrigatório o registo de assiduidade do trabalho extraordinário e o efectuado aos fins de semana e feriados.

6 — Excluem-se da obrigatoriedade do registo de assiduidade ao trabalho extraordinário e do efectuado aos fins-de-semana e feriados os funcionários e agentes chamados de urgência para ocorrer a reabastecimentos de água e esgoto, protecção civil e outros acidentes imprevisíveis, desde que devidamente confirmado pelo seu superior hierárquico e ou o responsável pelo serviço.

7 — Estão igualmente abrangidos pelo disposto no número anterior os funcionários integrados no piquete de águas e os motoristas de transportes colectivos, devendo mensalmente ser entregue na Secção de Recursos Humanos documento comprovativo devidamente visado pelo seu superior hierárquico e ou o responsável pelo serviço.

SECÇÃO IV

Disposições finais

Artigo 11.º

Da instalação dos terminais do relógio de ponto

1 — Numa primeira fase serão instalados dois terminais de registo de controlo de assiduidade, podendo, a qualquer momento, e sempre que se justifique, ser alargado a outros sectores.

2 — Os dois terminais referidos no número anterior serão instalados no edifício dos Paços do Concelho e no edifício do armazém geral.

Casos especiais

O pessoal que não tenha acesso directo a qualquer terminal confirmará a sua assiduidade pela assinatura diária de cartão posteriormente visado pelo superior hierárquico e ou pelo responsável pelo serviço.

Legislação aplicável

Em tudo quanto não estiver expressamente previsto neste Regulamento aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Aprovado em reunião de Câmara em 3 de Março de 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

Aviso n.º 3935/2003 (2.ª série) — AP. — Avisam-se todos os interessados, que se encontra aberto o período de prévia audiência pública prevista no n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, sobre a Revisão do Plano Director Municipal, deliberada pela Câmara Municipal a 2 de Abril de 2003.

A decisão de revisão do Plano Director Municipal teve como principal objectivo a sua actualização face aos quadros de significativa mudança sócio-económica e urbanística na região e no concelho, entretanto ocorridos desde a data da sua publicação em 19 de Julho de 1997. Para esta actualização torna-se, portanto, necessária, uma reavaliação e um reajustamento quer das políticas, quer das correspondentes estratégias, ao nível do ordenamento do território, tendo em conta, nomeadamente, as que decorrem de outros planos de carácter mais abrangente, uns promovidos pela administração central, caso do PROT-AML — Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, do PNDES — Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social ou do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, outros, como o PEDEPES — Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal, em fase de conclusão, da iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

Considera-se, pois, que o território de Palmela deverá ser repensado no que respeita às linhas mestras orientadoras do seu desenvolvimento sustentável, tendo em consideração os seguintes factores:

- A dinâmica urbanística dos últimos anos, com um crescimento populacional contido mas ainda assim superior à média da região em que se insere;
- O recente surto de novas áreas de génese ilegal;
- O conhecimento aprofundado das zonas urbanas e do meio rural, fruto da elaboração de planos de ordem inferior (planos de urbanização e planos de pormenor);
- A necessidade de actualização de estratégias ao nível do ambiente e das infra-estruturas de saneamento básico, no âmbito da cooperação e de sistemas multimunicipais;
- O novo quadro de investimentos em obras e infra-estruturas públicas, nomeadamente as de acessibilidades;
- O próximo quadro de financiamento comunitário.

Esta decisão será divulgada através da afixação de edital no átrio da Câmara Municipal de Palmela, no Gabinete do Pinhal Novo e nas juntas de freguesia, bem como no site da CMP www.cm-palmela.pt durante o período de 30 dias úteis (contados a partir da data de publicação na imprensa), juntamente com o relatório de avaliação, podendo qualquer esclarecimento ser solicitado ao Departamento de Planeamento, na Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, no horário normal de funcionamento ou pelo telefone 212336640. Os interessados poderão fazer chegar, por escrito, os seus contributos aos serviços da CMP, através do preenchimento das fichas de participação que se encontrarão disponíveis nos locais acima identificados e ainda no site da CMP.

3 de Abril de 2003. — A Presidente da Câmara, *Ana Teresa Viçente*.